

Francisco Adalberto Nóbrega

DEUS
E
CONSTITUIÇÃO

A TRADIÇÃO BRASILEIRA

 EDITORA
VOZES

Petrópolis
1998

Apresentação

Não posso deixar de registrar, em primeira manifestação, a elevada honra que o autor me concedeu em apresentar esta obra, nascida de quem procura entender a Carta Magna como sendo, também, a prece de um povo ao Pai Celestial para que Ele, na magnitude de sua bondade, o cubra de paz, de um mais sólido relacionamento entre os homens, de uma pobreza erradicada e de uma nação capaz de garantir o futuro de suas crianças, a estabilidade de sua juventude e a estabilidade da velhice.

Só a inteligência privilegiada de Francisco Adalberto Nóbrega, aperfeiçoada pela sua profunda cultura humanista, jurídica e pela sua fé, poderia brindar os operadores da ciência jurídica com *Deus e constituição – A tradição brasileira*.

A leitura e releitura da obra, esta de caráter obrigatório pelas emoções causadas ao espírito com o primeiro contato do que nela está escrito, revelam o modo como o autor buscou sedimentar a correta presença de Deus em todas as Constituições Brasileiras e em quase todas as Estaduais.

O leitor, inicialmente, tem contato com a forma como se considerou a influência da mensagem de Deus nas Constituições Brasileiras, fato presente desde a Carta Imperial, onde o chamamento de sua proteção foi invocada de modo solene e em patamar de supremacia maior.

A seguir, o livro ingressa na demonstração dos debates a respeito do que representa Deus figurar, de modo expresso, nas Constituições, revelando as dimensões com que as Cartas

o consideram, chegando, por exemplo, alguns parlamentares, como Ataliba Nogueira, Constituinte de 1946, a tê-lo como o Supremo Princípio.

O autor, com a costumeira felicidade com que fixou todas as idéias apresentadas, marcou a dimensão constitucional da mensagem de Deus no corpo da Carta, afirmando ser “indubitável que ao registrarem o tributo ao Todo-Poderoso, os constituintes nada mais fizeram que trazer para o corpo constitucional as dimensões sociológicas e axiológicas, dominantes na consciência nacional”.

Embora todos os pontos abordados pelo autor sejam de profundo relevo, merece, contudo, destaque o momento maior da obra quando afirma que “os conceitos como o da alma constitucional ajudarão sobremaneira na busca da valorização dos fins superiores do Direito. Destaca Àngel Castañeira, ser possível apresentar uma hermenêutica da realidade na qual falar sobre Deus, inclua agora também os compromissos do próprio homem em favor de sua autoliberação e transformação do mundo”.

Deus é, também, analisado nas Constituições de outros povos, onde demonstradas estão algumas singularidades como a posta no preâmbulo da Lei Fundamental da Alemanha, no sentido de que a nação firma o pacto da elaboração da sua Carta Maior, “consciente da sua responsabilidade diante de Deus e diante dos homens”, ou a subordinação direta dos povos islâmicos aos princípios fundamentais formadores da sua Lei Maior, ou ao conceber que “só Deus possui, só Deus legisla, só Deus ordena”.

Em capítulo especial, a obra analisa a repercussão jurídica e axiológica da invocação ao nome de Deus pelas Constituições, definindo, com fidelidade, a sua categoria jurídica e identificando-o como tendo natureza ecumênica que, assim se apresentando, atende aos anseios espirituais e religiosos de todos os tipos de credo.

O certo é que o autor, em todo o curso de sua obra, peregrinou na busca de fazer com que a presença de Deus fosse compreendida, no corpo da Carta Magna, com a dignidade espiritual e jurídica com que Ele ali foi colocado.

O empenho dedicado pelo autor às investigações científicas desenvolvidas para a explanação do tema resultou em uma obra compacta e densa de princípios, expostos através de um discurso coeso e apresentado com alto nível de juridicidade.

A riqueza deste magnífico trabalho está firmada por dois planos: o primeiro caracterizado pelo alongamento com que as investigações foram feitas, resultando em conclusões sociológicas e jurídicas delimitantes da extensão dos efeitos da presença de Deus na Carta Magna; o segundo é formado pelo alto grau de espiritualidade e vocação religiosa presentes no texto, a simbolizar mensagens de amor à humanidade e de crença em uma força maior a conduzir os nossos destinos.

A densidade e consistência do presente trabalho estão marcadas pela admirável naturalidade com que os temas são tratados e sustentados em concepções filosóficas e científicas de tintas fortes e convencedoras.

O saber jurídico do autor, influenciado pela sua profunda fé em Deus, contribuiu para presentear o mundo jurídico com obra rara sobre o tema de tão alta significação.

Os argumentos desenvolvidos pelo autor ressoam na compreensão e no espírito do leitor com mensagens reveladoras de um ordenamento jurídico sustentado pela emoção da crença e fortalecido pela credibilidade da existência de Deus.

Francisco Adalberto Nóbrega, autor de dezenas de outros trabalhos jurídicos, alcançou o seu momento maior ao escrever este livro. Descobriu e lançou para o conhecimento dos homens integrantes dos variados segmentos sociais os sinais vetores existentes na partitura constitucional e que são

representados pela invocação de Deus no preâmbulo de nossa Carta Magna.

Cumpriu a missão com o máximo de amplitude, abordando de modo singular o assunto a que se propôs explorar, enfrentando-o em todos os seus aspectos jurídicos, sociais, filosóficos, políticos e religiosos.

A grandeza desta obra não está só no seu conteúdo. Ela se estende para demonstrar o homem que a fez, para revelar a sobriedade no gesto de ser amigo, fidelidade no atuar com suas amizades, discreto no revelar sua inteligência, misericordioso ao saber perdoar e íntegro no fazer o destino que Deus a ele reservou.

Encho-me, portanto, de satisfação integral a apresentar este livro ao mundo jurídico. Estou certo que sua leitura irá comprovar os fatos acima registrados e determinar ao privilegiado leitor viver, em campo da mensagem jurídica, o fortalecimento da presença de Deus em nossos caminhos na busca da formação de nossa cidadania.

Deus há de proteger, como vem fazendo, a inteligência, a paz e a saúde de Francisco Adalberto Nóbrega, para que os seus amigos, e agora, leitores, gozem da subida honra de conviver com a sua amizade e usufruir da força de sua inteligência.

José Augusto Delgado
Ministro do STJ